
A DISCIPLINA DE DIDÁTICA NO PRIMEIRO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA (1960 A 2000)

DIDACTIC SUBJECT IN THE FIRST MATHEMATICS DEGREE COURSE IN ESPÍRITO SANTO: A HISTORICAL ANALYSIS (1960-2000)

Célio Moacir dos Santos¹

Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

Lígia Arantes Sad²

Instituto Federal do Espírito Santo

RESUMO

O presente texto é parte inicial de um movimento de pesquisa doutoral em andamento. Descreve de maneira breve a história do primeiro curso de Licenciatura em Matemática no Brasil para rastrear o movimento de inclusão da disciplina de Didática no país e, em especial, o percurso histórico dessa disciplina no desenvolvimento do primeiro curso de licenciatura em Matemática no estado do Espírito Santo, no período de 1960 a 2000. Utilizamos como referencial, para o estudo histórico de uma disciplina, as contribuições de André Chervel. Além disso, no exame das documentações oficiais nos valeremos das ideias de Jacques Le Goff, as quais permite, durante as análises, que respectivos movimentos e compreensões sejam acompanhados de contextos político educacionais envolvidos pelo discurso de seu tempo. Percebemos que nesse recorte histórico, a disciplina de Didática, situada como uma disciplina pedagógica se encontrava em plano secundário, com uma ênfase maior para as disciplinas acadêmicas de Matemática. Circunstâncias políticas da época em estudo, o Movimento da Matemática Moderna, a reformulação dos currículos de licenciatura e o primeiro seminário sobre a disciplina de Didática, contribuíram de algum modo para a valorização desta disciplina.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. História de uma Disciplina Escolar. Licenciatura em Matemática. Didática.

ABSTRACT

This text is an initial part of an ongoing doctoral research movement. Briefly describes the history of the first Licentiate Degree course in Mathematics in Brazil to track the movement of inclusion of the Didactics discipline in the country and, in particular, the historical path of this discipline in the development of the first Licentiate Degree in Mathematics in the State of Espírito Santo, in the period from 1960 to 2000. We used as a reference, for the historical study of a discipline, the contributions made by André Chervel. Furthermore, in the examination of official documentation, we will use the ideas of Jacques Le Goff, which allow, during the analysis, that respective movements and understandings are accompanied by educational political contexts involved by the discourse of his time. We realized that in this historical perspective, the discipline of Didactics, situated as a pedagogical discipline, was in the background, with a greater emphasis on academic disciplines. Political circumstances at the time under study, the Movement of Modern Mathematics, reformulation of undergraduate curricula and the first seminar on the subject of Didactics, contributed in some way in dealing with this subject.

Keywords: History of Mathematics Education. History of a School Discipline. Degree in Mathematics. Didactics.

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, PUC - Minas, Brasil. Professor de Matemática, SEDU - ES, Vitória, Espírito Santo, Brasil. Endereço para correspondência: Rua General Aristides Guarani, 295, Centro, Aracruz, Espírito Santo, Brasil, CEP: 29190-050. E-mail: celio.msantos@educador.edu.es.gov.br

² Doutora em Educação Matemática, UNESP - São Paulo, Brasil. Professora de Matemática e Educação Matemática no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Vitória, Espírito Santo, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Des. João Manoel de Carvalho, nº 140, ap. 101, Barro Vermelho, CEP: 29057-630. E-mail: aransadli@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao trazermos em voga, a historicidade da trajetória dos cursos de formação de professores no Brasil, de forma geral, contornos serão traçados a título de organização deste trabalho, cujo foco de investigação central está voltado à disciplina de Didática em cursos de formação de professores de Matemática. Em específico, abordaremos o curso de licenciatura em Matemática, pretendendo analisar a disciplina de Didática tratada no curso, dentro de uma perspectiva histórica.

No percurso traçado, objetivamos apresentar uma análise do currículo³ prescrito no primeiro curso de licenciatura em Matemática, no estado do Espírito Santo, em uma metodologia comparativa com as resoluções de pareceres e normativas presentes no século XX. Como mencionado, daremos especial atenção à disciplina de Didática e suas possíveis transformações, ou seja, disciplinas que tiveram outras nomenclaturas⁴, mas tendo como objetivo o processo de ensino e sua práxis.

Para esse intento, como aporte teórico-metodológico, nos valeremos das ideias sobre história das disciplinas escolares de André Chervel, que aponta o estudo de uma disciplina a partir de fontes históricas, utilizando para esse fim legislação, programas, livros didáticos, apostilas, provas, entre outros. A partir dos vestígios do passado, examinando esses documentos, podemos perceber diversas transformações ocorridas. Portanto, para leituras e compreensões históricas de tais materiais, vamos ao encontro, também, de Jacques Le Goff, que nos permite, com as análises, que esses movimentos sejam acompanhados, considerando que são envolvidos pelo discurso de seu tempo. Assim, como afirma Le Goff, pois “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder” (2003, p. 535-536).

Muitas transformações ocorreram no Brasil relacionadas à formação secundária. A preparação de professores, de acordo com Saviani (2009), ocorre principalmente após a independência do Brasil, momento em que se considera a possibilidade de ampliação da instrução popular. Com isso, a visão de educação fica mais abrangente e uma longa trajetória vai se delineando. Ainda, de acordo com Saviani (2009), em um período bem

³ O termo currículo é, por vezes, utilizado neste artigo para indicar as disciplinas constantes de um curso – grade curricular, uma vez que, concordamos com Fernandes (2013) quanto ao currículo ser considerado como um rol de disciplinas até a década de 1960, sob o ponto de vista, predominantemente, tecnicista.

⁴ Será mencionada, por exemplo, a disciplina de Prática de Ensino, por entendermos que, assim como a Didática, tem como objetivo o processo de ensino.

mais recente, a incorporação dos Institutos de Educação às universidades forneceu a estrutura necessária para a formação dos professores do ensino secundário.

Uma nova fase se abriu com o advento dos institutos de educação, concebidos como espaços de cultivo da educação, encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisa. Nesse âmbito, as duas principais iniciativas foram o Instituto de Educação do Distrito Federal, concebido e implantado por Anísio Teixeira em 1932 e dirigido por Lourenço Filho; e o Instituto de Educação de São Paulo, implantado em 1933 por Fernando de Azevedo. Ambos sob inspiração do ideário da Escola Nova (Saviani, 2009, p.146).

É a partir do decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939 que se generalizam os cursos de formação de professores para as escolas secundárias, tendo como referência a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Nessa organização superior, o modelo que predominou foi o “esquema 3+1” adotado nos cursos de licenciatura e de Pedagogia. Santos e Mororó (2019) afirmam que as licenciaturas formavam os professores para ministrar as várias disciplinas que compunham os currículos das escolas secundárias; o curso de Pedagogia formava os professores para exercer a docência nas Escolas Normais. Para esses dois casos vigorava o mesmo esquema: três anos para o estudo das disciplinas específicas, e um ano para a formação didática.

Nessa perspectiva, a formação de professores se impulsiona com o desenvolvimento da industrialização e da expansão do capital. Sendo um período, em que o Brasil percebe a necessidade de investir na educação secundária para atender às novas demandas do país em termos político, econômico, social e cultural.

Gatti (2010) declara que, com uma demanda crescente no âmbito educacional, por volta de 1970, um novo cenário se inicia. Diante de uma complexa organização social e econômica, novas conjunturas são formadas no sentido de ampliação escolar de modo a superar a carência educacional da população.

O primeiro curso de Matemática que se estabeleceu no Brasil foi o da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1934. Essa universidade foi instituída pelo decreto 6284 do governo estadual, de 25 de janeiro do mesmo ano, e, de acordo com Gomes (2016), sua criação envolveu negociações e conflitos ligados à resistência das elites paulistas ao governo federal, então sediado no Rio de Janeiro.

Tanto a USP quanto a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro constituída em 1935, foram oriundas da Reforma Capanema, em 1931, estabelecida em um dos decretos – o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Diante dessa conjuntura, como se posiciona então, a implantação do curso de Matemática? Gomes (2016) aponta que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estruturava-se em três seções – Filosofia, Ciências e Letras – e a primeira subseção da parte de Ciências, era a Ciência Matemática. Ademais, o corpo docente para lecionar as disciplinas desse curso, se efetivou por contratação de vários profissionais, em sua maioria, de origem italiana, entre eles destaca-se, Theodoro Ramos (1895-1936), Luigi Fantappiè (1901-1956) e Giacomo Albanese (1890-1947).

Chegando a quase noventa anos de institucionalização do curso de licenciatura em Matemática no Brasil, em um documento produzido pela comissão paritária SBEM/SBM, com publicação em 2013, encontramos que, a formação inicial de professores de Matemática, continua ainda de forma semelhante àquela proposta na década de 1930.

[...] o curso de Licenciatura atual ainda é muito parecido com o primeiro curso de Matemática, criado na Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Na maioria das instituições, as disciplinas ainda são agrupadas em conteúdo específico e conteúdos pedagógicos, com tendência a valorizar mais o primeiro grupo que o segundo, mesmo em se tratando da formação do professor de Matemática e não do bacharel em Matemática (SBEM, 2013, p. 3-4).

Moreira (2012) afirma que mesmo que a organização curricular do curso de licenciatura em Matemática não se configure no modelo “3+1”, a lógica fundamentada nesse viés ainda é bastante presente nesses cursos. Temos ainda a cultura de supervalorização das disciplinas ditas acadêmicas em detrimento das disciplinas pedagógicas.

Observamos que algumas descrições mais específicas da historiografia brasileira podem ajudar a entender o contexto dessa disciplina no campo das licenciaturas, por isso, seguiremos nesse direcionamento.

A DISCIPLINA DE DIDÁTICA: MOMENTOS HISTÓRICOS NO BRASIL

Em um panorama histórico, de acordo com Sforzi (2015) os debates no campo científico brasileiro relacionado especificamente sobre a Didática podem ser associados em três grandes momentos: da Ditadura Militar, da abertura política e da globalização da economia. Dois eventos constituíram-se em delimitações na história da Didática no Brasil: inicialmente temos o I Encontro Nacional de Professores de Didática, em 1972, na Universidade de Brasília e depois, o I Seminário Didática em Questão, realizado na

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRJ, em 1982, que se constituiu no primeiro Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE.

Para esse primeiro momento, temos o I Encontro Nacional de Professores de Didática, que ocorreu no contexto pós-1964. Período que se consagrou pelo esforço do Estado em racionalizar o processo produtivo, relacionado a retomada do crescimento econômico e industrial do país. Nesse panorama, o planejamento educacional passa a ser área primordial no Plano Nacional de Desenvolvimento, vista como investimento individual e social (Martins; Romanowski, 2010).

Martins (2008) colabora dizendo que, para o modelo educacional, tanto para o ensino de 1º e 2º grau, quanto para a educação superior, a primazia está na racionalização, na eficácia e na eficiência do processo. Há a necessidade de se formar um professor de Didática com um novo perfil profissional, cuja preparação esteja atrelada a questões nacionais. O planejamento de forma sistematizada se torna a questão principal no processo educacional, evidenciado nos manuais e programas de ensino.

Ainda, de acordo com Veiga (2011), nesse período, os cursos de Didática se caracterizam dentro de uma tendência tecnicista,

[...] centram-se na organização racional do processo de ensino, isto é, no planejamento didático formal, na elaboração de materiais instrucionais, nos livros didáticos descartáveis. Sua preocupação básica é a descrição e especificação comportamental e operacional dos objetivos, o desenvolvimento dos componentes de instrução, a análise das condições ambientais, a avaliação somativa, a implementação e o controle, enfim, a mecanização do processo de ensino e a supervalorização dos meios sofisticados (Veiga, 2011, p. 61).

Os modelos sistemáticos de ensino com seus treinos e seus estudos programados tomam conta das aulas de Didática, com seus planos de ensino já organizados com objetivos e prazos definidos em um curto período.

Na segunda metade da década de 1970, instalou-se a produção científica voltada a criticar o modelo educacional vigente até então. E, no início da década de 1980, constata-se a necessidade de superar esse momento de denúncias, partindo para uma efetiva elaboração de propostas que aspirassem a uma escola pública de qualidade. Para Saviani (2010), nesse segundo momento de abertura política e processo de democratização, as propostas que surgem, para além do regime autoritário, são no sentido de solucionar os problemas educacionais brasileiros.

Nesse contexto, a disciplina de Didática, até então marcada pela racionalidade técnica, passa a ser questionada acerca da sua contribuição na formação de um professor

que tenha visão política do ato educativo (Sforni, 2015). A ocorrência do I Seminário Didática em Questão, em 1982, colabora para essas reflexões apontado para a necessidade de se “repensar a Didática e ressitua-la em conexão com uma perspectiva de transformação social, com a construção de um novo modelo de sociedade” (Candau, 2011, p. 120). Esse seminário ocorre em um momento muito importante da história, como mencionado no início deste capítulo. Conforme Martins (2008) foi um momento de abertura política em detrimento ao regime militar instaurado em 1964 e pelos constantes movimentos de lutas de classe em todo o país. Momento também, de se formar educadores críticos, conscientes e comprometidos com as camadas populares.

No documento final, redigido pela plenária participante do I Seminário Didática em Questão, advoga que a Didática está passando por uma fase de revisão crítica, no intuito de buscar novos caminhos na tentativa de superar as mazelas existentes.

Poderíamos situar as décadas de 80 e 90 como um período de lacunas, no que tange, a disciplina de Didática. Para Martins (2008) alguns pontos estão claros, outros nem tanto. Por parte dos pesquisadores da área é consenso a não vinculação dessa disciplina à mera técnica de ensino, porém, não se tem claro então qual seria o seu objeto de estudo. Esse impasse gera um desconforto muito grande entre os pesquisadores, que se ocupam em encontrar a identidade da Didática.

Algumas pesquisas procuraram investigar o cotidiano da escola de modo a trazer a dimensão da prática para os currículos de Didática. Outras se voltaram para a análise dos programas de Didática em diferentes instituições de ensino superior no país, identificando o caráter instrumental da disciplina (Martins, 2008, p.97).

Candau (2000) se refere a década de 1990 do seguinte modo:

[...] o cenário muda completamente: o processo de globalização, a transformação do mundo do trabalho, a afirmação da sociedade da informação, a ideologia do fim da história e do pensamento único, o desenvolvimento de novas formas de exclusão e desigualdade levam a um estado de perplexidade e de falta de clareza sobre os caminhos e as possibilidades de futuro (Candau, 2000, p.150).

Sforni (2015) contribui dizendo que nesse período vivencia-se um mercado de trabalho instável, com advento de novas tecnologias, instaurando-se uma necessidade constante de formação por parte do trabalhador para se manter no emprego.

Essa demanda de formação como resultante de uma produção econômica globalizada, passa a ser assumida pelos países em desenvolvimento como condição de inserção nessa

economia. Assim, o Brasil ingressa no contexto de globalização das políticas públicas educacionais e as reformas a partir dos anos de 1990, foram feitas sob influência das orientações dos organismos multilaterais, como UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial (Sforni, 2015, p.98).

E diante desse novo cenário, no âmbito educacional, como ficaria a Didática? Como essa disciplina poderia se situar diante dessas novas perspectivas? Candau (2011), compartilha da necessidade do advento de novas categorias e práticas sociais que possam responder a essas novas questões, ressignificando o trabalho educativo e, com efeito, a disciplina de Didática. Para a autora as temáticas multiculturalismo, questões de gênero e de raça, inovações na comunicação, manifestações culturais de adolescentes e jovens, expressões de diferentes classes sociais, movimentos culturais e religiosos, diversas formas de violência e exclusão social, devem fazer parte das discussões que permeiam a disciplina na pós-modernidade.

EM SOLO ESPIRITOSSANTENSE

Em termos locais, o que temos levantado sobre a historicidade da Didática nos cursos de formação de professores? Nesse cotejamento, traremos uma sintetização histórica do início dos cursos de licenciatura no Espírito Santo, mais especificamente, falaremos sobre o curso de licenciatura em Matemática em meados da década de 1960 conduzindo, por enquanto, até ao final do século XX. Serão pontuadas a disciplina de Didática e suas transformações, subsidiando uma base importante para futuras pesquisas. Em conformidade com Chervel (1990) que propõem o estudo histórico das disciplinas escolares, temos a possibilidade de vislumbrar novas perspectivas. Para esse autor, a disciplina é mediada por várias situações, seja de estabilidade, seja de transformação, tudo isso, proveniente de reformas educacionais, mudanças curriculares, entre outros.

Trabalhos recentes como os de Santos (2013) e Vieira (2016) integrarão o texto, e servirão de subsídios para a pesquisa em desenvolvimento. Ademais, uma análise de documentos que se tornaram referência para o currículo no Brasil dos cursos de licenciatura serão parte importante dessa pesquisa. Colaborando sobre a noção de documento, Le Goff (2003) lembra como estes possuem, originalmente, o sentido de compreensão ou de afirmação histórica. Entendemos que produziremos vieses que nos conduzirão para alguns questionamentos que tentarão ser respondidos em investigações futuras de um projeto de doutorado em andamento.

Em uma análise geral, comparando o ensino superior no Espírito Santo com outros estados do Brasil, observamos que o início se deu tardiamente. Essa assertiva toma como apoio que as primeiras instituições de ensino superior instaladas em território espiritosantense remontam da década de 1930.

Com relação à instauração de curso superior específico para professores, percebemos um atraso maior ainda. De acordo com Santos (2013) a formação ao nível superior de professores se estabelece com a implantação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo - FAFI, fundada em 7 de dezembro de 1951, sob a Lei Estadual 550. Essa instituição nasce com o objetivo de possibilitar caminhos que favoreceu mais tarde a viabilização da Universidade do Espírito Santo – UES. Posteriormente, a partir de 1965, devido à Lei Federal nº 4.759, as universidades que eram mantidas pela União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura sediadas na capital, passaram a ser classificadas como federais e adotaram a nomenclatura do Estado. Assim, a UES passou, após a federalização, a denominar-se Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Podemos destacar a criação do primeiro curso de Matemática do Espírito Santo promulgado sob o Ato de nº 5, em uma sessão do Conselho Universitário da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, em 10 de novembro de 1964.

É interessante situarmos as disciplinas de Didática e Prática de Ensino nesse primeiro curso de Matemática, na tentativa de podermos encontrar possíveis mudanças, pelas quais essas disciplinas passaram, tendo em vista os modelos curriculares vigentes no período entre 1960 e 2000. Em nossos apontamentos, nos valeremos dos documentos oficiais instituídos no âmbito educacional que são referência para os cursos superiores e em especial para as licenciaturas.

Na década de 1960, obtivemos a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (lei nº. 4.024/1961) e a criação a partir dessa lei do Conselho Federal de Educação - CFE. Enfatizamos nessa época, a Portaria de 04 de dezembro de 1962, na qual o Ministro de Educação e Cultura, Darcy Ribeiro homologa os currículos mínimos de diversos cursos de Ensino Superior, como: Direito, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Serviço Social, Educação Física, Engenharia, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Geólogos, Químico e Químico Industrial, Enfermagem, Filosofia, Ciências Sociais, Jornalismo, Letras, Licenciatura em Química, Licenciatura em Desenho, Física, *Matemática*, História Natural, Biblioteconomia e *Matérias Pedagógicas para Licenciatura* (BRASIL, 1962, grifo nosso).

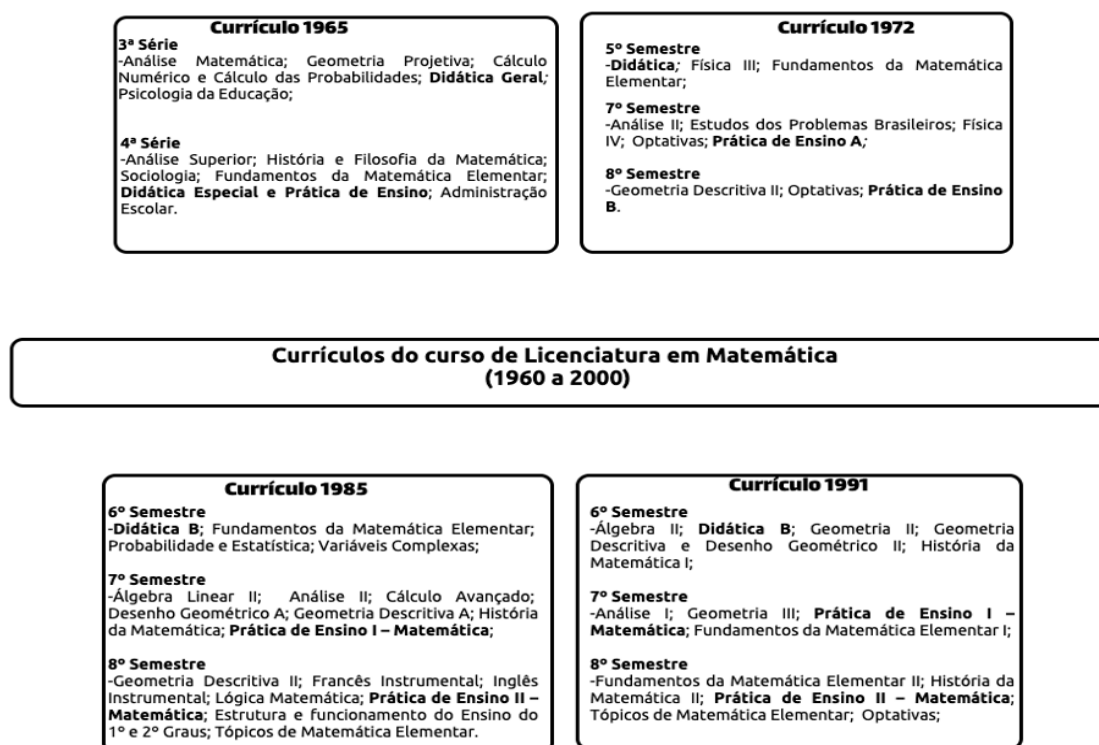
A portaria do currículo mínimo de Matemática deveria entrar em vigência a partir de 1963, conforme o Parecer CFE, sob o nº 346, de 17 de novembro de 1962. No entanto, vale ressaltar a autonomia didática das universidades no tocante à flexibilidade, articulação e adequação do sistema, então vigente, e o que procedeu da LDB nº 4.024/1961, porém limitado, no sentido de não prejudicar as exigências estabelecidas (Brasil, 1962).

Notadamente, para os cursos de licenciatura, foi homologado o Parecer CFE nº 292/1962⁵ que estabeleceu matérias pedagógicas e/ou disciplinas pedagógicas, as quais deveriam compreender uma parte do currículo docente dos cursos:

Art. 1.º - Os currículos mínimos dos cursos que habilitam ao exercício do magistério em escolas de nível médio, abrangerão as matérias de conteúdo fixados em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas: 1. Psicologia da Educação: Adolescência, Aprendizagem. 2. *Didática*. 3. Elementos de Administração Escolar. Parágrafo único. É também obrigatória, sob a forma de estágio supervisionado, a *Prática de Ensino* das matérias que sejam objeto de habilitação profissional (Brasil, 1962, grifo nosso).

A figura a seguir vem trazendo um recorte de algumas grades curriculares da UFES com destaque para as disciplinas de Didática e Prática de Ensino.

Figura 1- Disciplina de Didática e Prática de Ensino no curso de Matemática (1960 a 2000)⁶



Fonte: Santos (2013)

⁵ Por meio da institucionalização da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei no 4.024/61) criou-se o CFE que passa a emitir pareceres que regulamentavam as licenciaturas.

⁶ Optamos em trazer um recorte da grade curricular com as séries específicas das disciplinas em análise. Para grade curricular completa recomendamos a leitura do trabalho de Santos (2013).

Para o currículo de 1965 do curso de Matemática da FAFI, as disciplinas que compõem a 3ª e 4ª séries eram separadas entre as modalidades licenciatura e bacharelado. Podemos inferir que os alunos seriam divididos no terceiro ano do curso, de acordo com sua opção. Em destaque, as disciplinas de Didática Geral (3ª série) e Didática Especial e Prática de Ensino (4ª série) comparecem, especificamente, na modalidade licenciatura e nas séries finais do curso, o curso tinha duração de quatro anos. Martins e Romanowski (2010) entendem que o objetivo da disciplina de Didática Geral, constituída nesses cursos de licenciatura, em via de regra, era preparar o professor com recursos técnicos, tendo em vista posterior aplicação na prática de ensino no espaço escolar. Ferreira (2009) salienta que a disciplina Didática Especial tinha como objetivo *ensinar a ensinar* Matemática. Seu nome surge especificamente nos cursos de licenciatura em Matemática durante a década de 1930, nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, tendo como propósito oferecer subsídios teórico-metodológicos ao professor de Matemática.

Nadai (1992) apresenta a disciplina de Didática Especial em duas perspectivas, a primeira estaria relacionada ao treino profissional dos alunos, enfatizando aspectos como observação, experimentação e participação do estudante, e a outra encarregava-se das matérias de ensino que o professor teria que ensinar, tanto no curso primário quanto no curso secundário. Como no currículo de 1965, essa disciplina está articulada com a de Didática Especial, inferimos que provavelmente, ela estava sendo trabalhada para organizar os conteúdos que o professor teria que lecionar.

No currículo de 1972, durante o terceiro período da ditadura militar brasileira, houve uma mudança na composição curricular das disciplinas que constituíam o curso de Matemática na UFES. O curso que antes estava dividido em quatro séries anuais passou a ser composto por oito períodos semestrais. Em termos de duração, não houve modificações, pois o curso continuava sendo de quatro anos, mas foram alterações de ordem político-educacionais para favorecer o desmanche de forças da união estudantil contrária ao regime militar.

Mudanças nas nomenclaturas das disciplinas também são percebidas, não aparece o termo "geral" e nem "especial". As práticas que antes eram tratadas de forma conjunta no último ano, passaram a ser estudadas em dois momentos. Ou seja, a Prática de Ensino passa a ser ensinada separadamente. Segundo estudos realizados por Vieira (2016), tendo em vista o momento político conservador desse período e o Movimento da Matemática Moderna iniciado no Brasil na década de 1960, possivelmente, as disciplinas de Didática e a Prática de Ensino foram influenciadas por tais circunstâncias. Continuando, esse

mesmo autor advoga que nesse período a Prática de Ensino passou a apresentar características de treinamento, com desenvolvimento de habilidades instrumentais que ajudassem o professor em seu trabalho em sala de aula.

No currículo de 1982, novas nomenclaturas são consideradas para a disciplina de Didática e Prática de Ensino (como no ano de 1985, figura 1). Podemos constatar que em se tratando da posição da Didática, situada no curso na totalidade, do currículo de 1972 para o de 1985, a mesma é deslocada, ainda mais, para o final do curso.

Uma nova reformulação curricular se instaura a partir de 1991 e uma nova grade curricular para o curso de Matemática é afixada. Não há mudanças relacionadas às disciplinas de Didática e Prática de Ensino com relação à grade de 1985. Porém, é importante mencionarmos que, no movimento de reformulação curricular das licenciaturas da década de 1980, a Didática seria uma disciplina que estaria no centro das discussões. De acordo com Candau (1987), a partir do 1º Seminário "A Didática em Questão", em 1982, surge um movimento de revisão dessa disciplina, no sentido de ajudar o professor a associar o saber acadêmico ao saber pedagógico em sua atividade docente. Inferimos que o currículo de 1991, diante dessa conjuntura, no que tange os trabalhos relacionados com essas disciplinas, poderiam ser abordados com outras perspectivas.

Além disso, conforme aponta a pesquisa de Santos (2013) o currículo de 1991 serviria de base para a implantação do curso de licenciatura de Matemática na Coordenação Universitária do Norte do Espírito Santo - CEUNES, na cidade de São Mateus, a 215 km da capital Vitória. Foi um processo de interiorização da UFES, resultando na implantação de cursos de graduação, dentre os quais, um novo curso de licenciatura em Matemática no estado do Espírito Santo. Vale salientar que, essa instituição também será parte importante na pesquisa doutoral que se inicia.

CONCLUSÃO

A compreensão de uma disciplina, contada em sua historicidade, parece ficar mais clara a partir das contribuições que Chervel (1990) fez sobre o campo de pesquisa histórica das disciplinas escolares. Os seus apontamentos podem nos ajudar a explicar as mudanças/continuidades das disciplinas, bem como possibilitar o entendimento desses processos. Ainda, de acordo com esse autor, essas pesquisas requerem um empenho por parte do pesquisador em interpretar tanto a história de seus conteúdos e métodos, como suas relações com as suas finalidades e seus resultados produzidos.

As fontes documentais tratadas no presente texto, documentos oficiais que legitimam o âmbito educacional, são fontes compreendidas na visão de Le Goff (2003) de documento/monumento. Ao utilizarmos tais fontes documentais em nossa pesquisa, estamos realizando um trabalho de valorização da educação tratado a partir da história da disciplina de Didática.

Quanto à estrutura do curso de licenciatura em Matemática, mesmo nos currículos a partir de 1960, vemos que não era muito diferente do modelo "3+1" tão característico da formação nos moldes de uma racionalidade técnica presente na década de 1930. Um modelo que considera suficiente o conhecimento teórico para o trato da atividade docente, deixando a prática pedagógica à parte. Ao analisar os currículos entre 1960 a 2000, percebemos que as disciplinas de Didática e Prática de Ensino eram trabalhadas ao final do curso. Em outras palavras, essa organização curricular privilegia as disciplinas acadêmicas, deixando em segundo plano as disciplinas pedagógicas.

A disciplina de Didática tinha como objetivo inicial preparar os professores tecnicamente, com vistas a sua prática docente. Inferimos que, possivelmente, tendo em vista estudos sobre essa temática, os momentos políticos da época em estudo, o Movimento da Matemática Moderna, reformulação dos currículos de licenciatura e o primeiro seminário sobre a disciplina de Didática contribuíram de algum modo para a valorização desta disciplina.

Nesse contexto, das discussões sobre a formação inicial de professores de Matemática em nosso país, situadas no século XX, no conhecimento do que se passou com uma disciplina escolar, em suas circunstâncias, interesses e nos diferentes sujeitos participantes desse processo, pretendemos de alguma forma continuar as investigações e visualizar influências futuras.

REFERÊNCIAS

- Candau, V. M. F. (1987). *Novos Rumos da Licenciatura*. INEP e PUC- RJ: Brasília.
- Candau, V. M. (2000). A didática hoje: uma agenda de trabalho. CANDAU, VM et al. *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Candau, V. M. (2011). *A didática em questão*. Editora Vozes Limitada.
- Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & educação*, 2(2), 177-229.
- Conselho Federal de Educação. (1962). Parecer C.F.E. nº 292/1962. In: Documenta. Brasília, n. 10, dez. Recuperado de <<http://www.soleis.adv.br/>>.

Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. (1931). Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, [20--?]. Recuperado de <<http://www.senado.gov.br/>> .

Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. (1939). Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Diário Oficial da União, 7929-7929. Recuperado de <<http://www.senado.gov.br/>> .

Fernandes, S. F. (2013). Currículo, cultura e história: breve painel. *Anais do XI Encontro de Pesquisadores da PUC - SP*, 29 a 30 de out. 2013.

Ferreira, V. L. (2009). *O processo de Disciplinarização da Metodologia do Ensino de Matemática* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03092009-161620/en.php>

Gatti, B. A. (2010). Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31. n. 113, p. 1355 – 1379, out./dez.

Gomes, M. L. M. (2016). Os 80 anos do primeiro curso de Matemática brasileiro: sentidos possíveis de uma comemoração acerca da formação de professores no Brasil. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 30, p. 424-438.

Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. – 5° ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Martins, P. L. (2008). *Didática*. Editora Ibepex.

Martins, P. L. O.; & Romanowski, J. P.(2010). A Didática na formação pedagógica de professores. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 205-212, set./dez.

Moreira, P. C. (2012). 3+1 e suas (In)variantes (Reflexões sobre as possibilidades de uma nova estrutura curricular na Licenciatura em Matemática). *Bolema*, Rio Claro, v. 26, n. 44, p. 1137-1150.

Nadai, E. (1992). Trajetória de constituição do campo da didática: formação pedagógica do professor do ensino secundário no Brasil. *Revista de Educação*. Lisboa. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. V. 2, n. 2, out.

Santos, C. W.; & Mororó, L. P.(2019). O desenvolvimento das licenciaturas no Brasil: dilemas, perspectivas e política de formação docente. *Revista Histedbr On-line*, v. 19, p. e019018-e019018, 2019.

Santos, M. G. (2013). *Formação superior específica de professores de Matemática no Espírito Santo: uma história de 1964 a 2000*. (Dissertação em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. Recuperado de https://repositorio.ufes.br:8080/bitstream/10/1919/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_MarinaGSantos.pdf

Saviani, D.(2009). Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista brasileira de educação*, v. 14, p. 143-155.

Saviani, D. (2010). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. ed. Campinas: Autores Associados.

Sforni, M. S. F. (2015). A trajetória da didática no Brasil e sua (des) articulação com a teoria histórico-cultural. *Revista HISTEDBR On-line*, 15(61), 87-109.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática. (2013). A formação do professor de matemática no curso de licenciatura: reflexões produzidas pela comissão paritária SBEM/SBM. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática. *Boletim SBEM*, n. 21, p. 1-42.

Veiga, I. P. A. (2011). *A prática pedagógica do professor de Didática*. 13. ed. Campinas, SP: Papirus.

Vieira, R. F. (2016). *Prática de ensino e estágio supervisionado na licenciatura de Matemática em narrativas de professoras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre*. (Tese em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. Recuperado de <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8553>.